

# **PROJETO DE LEI N.º 6.804, DE 2010**

(Do Sr. Eliene Lima)

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, estabelecendo periodicidade para a avaliação psicológica de vigilantes e dá outras providências.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À (AO) PL 4305/2004.

**APRECIAÇÃO:** 

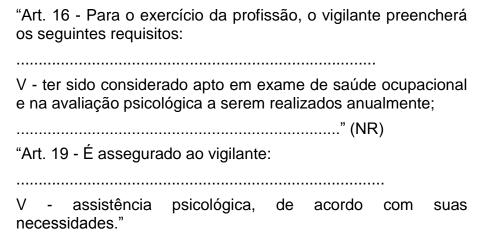
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, estabelecendo periodicidade para a avaliação psicológica de vigilantes e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 passa a vigorar com as seguintes alterações:



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O trabalho operacional desenvolvido pelos vigilantes se caracteriza por estar cercado de um estado de grandes incertezas e de risco pessoal. A violência que os criminosos vêm utilizando contra esses profissionais é muito grande e seus efeitos psicológicos podem interferir no exercício profissional.

Além disso, esse cotidiano de violência gera incertezas até mesmo sobre o possível retorno seguro ao seio de suas famílias. Tais condições podem, ao longo do tempo, causar danos psicológicos que dificultem ou impeçam o exercício de suas atividades profissionais.

Além disso, esses servidores são submetidos a condições de trabalho nem sempre favoráveis e à pressão constante dos empregadores

e dos usuários de seus serviços. É necessário, portanto, que lhes seja oferecida atenção e acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

A avaliação que propomos é, portanto, a etapa inicial desse importante serviço que deve ser garantido aos vigilantes.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2009.

#### **DEPUTADO ELIENE LIMA**

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

## LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 16. Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- I ser brasileiro;
- II ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- IV ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta Lei. (*Inciso com redação dada pela Lei nº* 8.863, *de* 28/3/1994)
  - V ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
  - VI não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único. O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei.

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16. ("Caput" do artigo alterado pela Medida Provisória nº 2.184-23, de 24/8/2001)

Parágrafo único. Ao vigilante será fornecida Carteira de Trabalho e Previdência Social, em que será especificada a atividade do seu portador.

- Art. 18. O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.
- Art. 19. É assegurado ao vigilante:
- I uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
- II porte de arma, quando em serviço;
- III prisão especial por ato decorrente do serviço;
- IV seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.
- Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal: ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 9.017, de 30/3/1995)
  - I conceder autorização para o funcionamento:
  - a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;
  - b) das empresas especializadas em transporte de valores; e
  - c) dos cursos de formação de vigilantes;
- II fiscalizar as empresas e os cursos mencionados dos no inciso anterior; III aplicar às empresas e aos cursos a que se refere o inciso I deste artigo as penalidades previstas no art. 23 desta Lei;
  - IV aprovar uniforme;
  - V fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes;
- VI fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação;
- VII fixar a natureza e a quantidade de armas de propriedade das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros;
  - VIII autorizar a aquisição e a posse de armas e munições; e
  - IX fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados.
- X rever anualmente a autorização de funcionamento das empresas elencadas no inciso I deste artigo. (*Inciso acrescido pela Lei nº* 8.863, de 28/3/1994)

	P	'arág	grafo	único.	As	compet	ências	previs	stas nos	incisos	I e	V de	este	artigo	não
serão	objeto	de	con	vênio.	(Pa	rágrafo	único	com	redação	<u>dada</u>	pela	Lei	$n^o$	9.017,	, de
30/3/1	1995)														

#### FIM DO DOCUMENTO